

Plano Cavalo de Tróia

LUIZ CARLOS LISBOA

Timeo Danaos
et dona ferentis.

Virgílio dizia temer os gregos, ainda quando eles davam presentes. No Brasil aprendemos a temer os homens públicos profissionais porque eles nos dão presentes. Nada aqui se parece

tanto com uma candidatura do que um imenso cavalo de madeira que num momento de euforia pomos para dentro das muralhas da cidade, sem pensar no que pode haver no seu bojo. Política, poder, administração, mando, tudo lembra o cerco de Tróia é a vitória final dos gregos. E os incorrigíveis troianos precisam acreditar, de tal modo que vão dançar sempre, em todas as eleições, à volta da Nova República, do PMDB, de Tancredo, talvez de Ulysses. O jogo eleitoral acaba empolgando, como a Loteria e o resultado dos desfiles das Escolas de Samba, e esse entusiasmo é parte da necessidade que o homem tem de acreditar, já não podendo ser separado do civismo, da torcida esportiva, do prazer de vencer, da identificação inconsciente mas apaixonada.

Nas escolhas e nas campanhas políticas, há um pouco de tudo. As primeiras decisões interiores têm a ver com o genérico, com uma visão global do coletivo e com o sonho geral de sociedade perfeita. Aos poucos, são fincadas as bases da decisão pessoal e o homem comum, solitário em sua humanidade, assenta os alicerces de um novo modelo, o torcedor. No outro lado do muro estão os



DE SÃO PAULO

gregos, isto é, os políticos, esperando que seu cavalo seja aprovado nas urnas. Isso não vale para os vocacionados, os que têm a causa pública no coração, que eles existem. É o caso, porém, da grande multidão — entre vivos e mortos — de pessoas que se dedicaram, ao longo de suas vidas, às ilusões do carisma, às esperanças do salvacionismo nos diferentes campos do município, do estado e da Federação. Na província, onde quem tem um olho é rei, acaba sendo mais fácil entender como essa febre começa em filhos de políticos, advogados, funcionários públicos, médicos e professores. Os mitos da amponência e da solenidade, do fac-totum que serve a todos, do cunhadeirismo social, são pródigos e múltiplos — quase infinitos no seu desdobramento. No Brasil, e isso é muito simples, os governantes e influentes em geral são homens que começaram sua caminhada fazendo conceitos lisonjeiros sobre si próprios, e em seguida buscando confirmação disso no mundo exterior. A fome de segurança que daí resulta pode levar alguém ao poder, e até a sonhos de perpetuação no poder.

O homem público nacional não tem origens realistas e democráticas, pouco importando saber se isso só acontece aqui ou também ocorre no resto do mundo. É um predestinado e um monarca, na sua formação fundamental. "Sente" seu destino, mas não confessa nada a ninguém nesses termos. Os atuais candidatos à Presidência da República, os que confirmam sua candidatura e os que ainda a negam, seria interessante saber (com o soro da verdade, de preferência) como chegaram a crer na conveniência, para o País, de sua candidatura. Por que cada um deles, e não outro? Homens inclina-

dos ao realismo sofrem uma pane mental, quando está em jogo seu papel no mundo, e se consideram essenciais no seu meio. Quando não nasceu para ajudar — que esse é o espírito da vida pública — o político é um pretensioso ou um malandro. Não há muito mais que escolher. E qual deles, entre os nossos conhecidos, parece ter nascido para servir, inclinado ao esquecimento de si mesmo, ou iluminado pelo amor dos outros? É ver agora, neste instante político, quando o governo faz força para ver aprovadas as medidas provisórias do Plano Verão, parlamentares e gente dos partidos estão aproveitando para negociar vantagens políticas, tendo em vista suas "carreiras". A coisa pública — eles nunca ouviram falar nisso.

Agora, o Congresso só dará quorum para votar as medidas provisórias do governo se forem recriados alguns ministérios extintos no Plano Verão. A decisão dos líderes partidários, apoiada pelo presidente do PMDB e do Congresso, revela inconformismo ante qualquer saneamento ou economia que o Executivo propõe, na gorda máquina estatal onde a moçada ceva seu corpo imenso. Se o governo não aceitar a proposta, o Congresso não apreciará as medidas até o dia 14, o que vai significar sua rejeição — com o fim da reforma administrativa, o ressurgimento de ministérios extintos, o fim da privatização dos mastodôntes caríssimos das estatais. Tudo como o diabo gosta e sempre foi, no rosto simpático e bífrente do jeitinho nacional. Não é por outro motivo que a Nação teme, como Virgílio aos gregos, os homens públicos profissionais deste país. Com seus presentes e tudo.

Luiz Carlos Lisboa é jornalista e escritor.